



POÉTICAS DO CORPO FEMININO NA OBRA “CARTA À RAINHA LOUCA”, DE MARIA VALÉRIA REZENDE E NO CONTO “O PAI”, DE HELENA PARENTE CUNHA

Marcia Gomes de Lima¹; Marta Francisco de Oliveira²

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir, a partir do romance *Carta à rainha louca* (2019), de Maria Valéria Rezende e do conto “O pai” do livro *Os provisórios* (1980), de Helena Parente Cunha, aspectos da condição da mulher no Brasil colônia e na contemporaneidade, revistos sob a ótica de uma escritora dos anos 2000 e outra dos anos 1980, diante de uma cultura patriarcal dominante para em seguida comparar de que forma os corpos sociais e políticos femininos, representados pelas protagonistas, inscreveram suas histórias e identidades culturais num contexto de repressão e subjugação. Para tanto, convidamos à revisão da literatura em uma perspectiva cultural, social e teoricamente orientada pela crítica feminista, especialmente Saffioti (1987; 2015), Lerner (2019), Lugones (2008), Segato (2012), e o pensamento decolonial de Walter Mignolo (2014) e Palermo (2008).

Palavras-chave: Patriarcado. Narrativas do corpo. Literatura.

POETICS OF THE FEMALE BODY IN THE LITERARY WORK “CARTA À RAINHA LOUCA”, BY MARIA VALÉRIA REZENDE AND IN THE TALE “O PAI”, BY HELENA PARENTE CUNHA

Abstract: This article aims to discuss in the Maria Valéria Rezende’s novel *Carta à rainha louca* (2019) and the short story “O pai” from the book *Os provisórios* (1980), by Helena Parente Cunha, aspects of the women’s conditions in colony Brazil and in contemporary times, from the perspective of a writer in the 2000s and another in the 1980s, in the face of a dominant patriarchal culture to then compare how the female social and political bodies, represented by the protagonists, inscribed their stories and cultural identities in a context of repression and subjugation. For that, we invite to the revision of literature in a cultural, social and theoretically oriented perspective by feminist criticism, especially Saffioti (1987; 2015), Lerner (2019), Lugones (2008), Segato (2012), and the decolonial thinking of Walter Mignolo (2014) and Palermo (2008).

Keywords: Patriarchate. Narratives of the body. Literature.

¹ Licenciada em Letras (UFMS), Pós-graduação Lato Sensu (UFMS) em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens – FAALC/UFMS, na área de Teoria Literária e Estudos Comparados. ORCID ID: 0000-0003-3321-1093.

² Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens – FAALC/UFMS, orientadora deste projeto. ORCID ID: 0000-0002-5212-5361.

Introdução

Segundo nossa leitura e análise dos textos que relatam a história das mulheres no Brasil, quer do ponto de vista crítico, quer do meramente descritivo, o perfil visto é este: hostilizadas, consideradas inferiores e confinadas ao ambiente doméstico, as mulheres tiveram suas vidas marcadas pela violência e suas histórias ocultadas, esquecidas, ou contadas de forma distorcida por aqueles que as oprimiam, donos do poder e da voz, assim como do espaço simbólico de construção da memória, através do registro escrito documental, histórico ou ficcional. Neste respeito, valemo-nos, neste artigo, sobretudo do texto ficcional como forma de representação e seu importante papel para nossas leituras e reflexões sobre a constituição de uma poética do corpo feminino, ou de poéticas e retóricas distintas ao longo do tempo até nossos dias e suas representações e significações.

No Brasil, a opressão às mulheres, conforme é nosso interesse rastrear, tem seu início registrado com os colonizadores europeus em sua organização social e política que, junto ao poder pastoral, religioso, implantaram uma sociedade predominantemente patriarcal em que o homem tinha poder sobre sua esposa, seus filhos e suas posses, incluindo outros seres humanos considerados escravos, comprados ou capturados, como talvez pudesse acontecer com indígenas. Tal forma de organização fortaleceu uma estrutura social de exploração, de controle e apoderamento dos corpos das mulheres de todas as raças e etnias como objetos de posse para serem trocados, vendidos e negociados. Lemos no texto:

[...] como nós as mulheres pobres desta terra, os indígenas massacrados e roubados, os infelizes africanos trazidos à força de suas ricas terras para morrer em meio ao mar oceano de águas revoltas ou ao mar de canas verdes onde poucos sobrevivem mais que uns anos (REZENDE, 2019, p. 67).

Assim, as mulheres, como outros ‘que pouco importam’, relegados à margem e à invisibilização, viviam sob o jugo de um sistema que negava suas histórias. Excluídas da iniciativa de criar símbolos, filosofias, ciências, leis, e da formação de teorias, vêm sendo privada de educação ao longo da história em toda sociedade conhecida, mas foram peças fundamentais para a criação da sociedade (LERNER, 2019), sob vários aspectos.

Resgatar a história das mulheres do Brasil colônia significa desvendar as condições em que viviam e entender seus desdobramentos, bem como os porquês das violências que ainda vivenciamos no presente. Significa, à luz de novas formas de

pensamento, de reflexões outras, declarar desobediência epistêmica aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais e às instituições que produzem o racismo e sexismo sistêmico (GROSFOGUEL, 2016, p. 25), é "(...) fazê-las existir, viver e ser" (PRIORI, 2018, p. 9), torná-las protagonistas da própria história por meio de um acesso outro à episteme, à teoria e formas válidas de conhecimento, valorizando vidas e sensibilidades.

Helena Parente Cunha e Maria Valéria Rezende retomam a história de mulheres, quer pelo viés coletivo e histórico, quer pelo pessoal, individualizando a experiência, para nos revelar aspectos de sua condição sob o poder do patriarcado, e é nesta perspectiva que nos propomos discutir o conto "O pai", da obra *Os provisórios*, de Cunha, e *Carta à rainha louca*, de Rezende.

1 REZENDE: a denúncia de uma condição

Maria Valéria Rezende, autora paulista, é freira da Congregação de Nossa Senhora, Cônegas de Santo Agostinho desde 1965; ademais, é educadora e escritora ganhadora de vários prêmios desde que, em 2001, publicou seu primeiro livro de ficção, *Vasto mundo*. O romance epistolar histórico *Carta à rainha louca*, publicado pela editora Alfaguara está dividido em quatro partes, nomeadas pelos anos de 1789, 1790, 1791 e 1792, conta a história de Isabel das Santas Virgens, presa no Convento do Recolhimento da Conceição em Olinda, Pernambuco, sob a acusação de ter fundado um convento nas longínquas terras das Minas Gerais, onde era proibido haver ordem religiosa. Assim, tida como louca e desobediente à coroa por fundar um convento de freiras clandestino (REZENDE, 2019, p. 139-140), a protagonista escreve cartas à rainha D. Maria I, conhecida como Rainha Louca, denunciando as violências cometidas contra mulheres que ousavam desafiar regras, escravizados e todos os que se encontravam em situações vulneráveis (REZENDE, 2019, capa).

Numa narrativa cheia de retrospectivas, a personagem recorre às suas lembranças, da infância à fase adulta, para reconstruir, inscrever e escrever sua história de "aventuras, venturas e desventuras decorrentes do fato de ser mulher deserdada e desamparada nas lonjuras e selvageria da colônia" (TELLES, 2019, p. 2). E já no início da narrativa é a própria protagonista quem revela a condição que lhe relegaram:

Por louca e desobediente encarceraram-me neste Recolhimento da Conceição, no alto das colinas desta cidade de Olinda. [...] Há já longo tempo me trouxeram para cá, com o fim de aguardar alguma nau de carreira que me levasse a Lisboa, para ser julgada pelas Cortes por um

crime que foi assacado, mas aqui me esqueceram. (REZENDE, 2019, p. 9).

De acordo com Wehling e Wehling (1999, p. 279), a reclusão de mulheres em conventos e recolhimentos femininos era comum, pelo menos na Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segundo o autor, essa prática visava resolver o problema de pais preocupados com o futuro das filhas ou com os custos do dote.

Isabel não aceitava sua condição de prisioneira e por isso era também considerada louca, “por louca e desobediente encarceraram-me neste Recolhimento da Conceição [...]” (REZENDE, 2019, p. 9). Contudo, não se vê na condição de louca ou de objeto passivo e passível de dominação dócil, e por outro alça sua voz através das palavras tão comumente negadas às mulheres. Por isso escreve/inscreve sua história através dos relatos nas cartas, subvertendo a ordem no contexto de repressão e subjugação, dirigindo-se diretamente àquela que estaria no mais alto grau de hierarquia, D. Maria I, também mulher, para expor as injustiças sofridas porque se desviara das normas socialmente aceitas, impostas, e utilizando a força da palavra em um momento em que a escrita era privilégio masculino. Era, assim, uma mulher sem lugar:

Já as mulheres brancas que nada possuem, tal qual sou eu, que não servem para o trabalho nos canaviais e nas minas nem para parir crias cativas para seus senhores, sem dote para casar-se nem para tornar-se monjas nos mosteiros ou em simples recolhimentos desta terra, não estando destinadas a dar-se em matrimônio como penhor de alguma aliança, não podendo tampouco vendê-las ou não se querendo comprá-las, nada valem, ainda menos se algum homem as desonrar à força, cousa tão fácil de acontecer nesta terra sem lei onde eles tudo podem. (REZENDE, 2019, p. 13).

Na denúncia, a personagem traz à baila a realidade da mulher branca, solteira, pobre e sem família nos confins do Brasil colônia. No entanto, no contexto geral, ela nos mostra também que o corpo feminino era visto como moeda de troca, sem valor quanto à sua existência própria, à margem e vítima de todos os tipos de violência. Isabel erige a postura contra as estruturas de poder:

[...] porque em todas as condições, aqui nestas colônias, em África, nas Índias, na China ou no Reino, no paço real ou na mais pobre aldeia do Vosso Império, estão submetidas às leis dos homens que muito mais duras são para as fêmeas e só para elas se cumprem, pois todos os seus pais e irmãos e maridos e filhos e varões quaisquer, clérigos ou seculares, só a querem para delas servirem-se e para dominá-las como aos animais brutos se faz [...]. (REZENDE, 2019, p. 10).

Isabel denuncia a condição de vassala da mulher que, confinada ao ambiente doméstico, vivia para servir os homens (pais, irmãos, maridos, filhos, entre outros) e suas leis, duras somente para elas, que as classificavam como pertencentes ao gênero inferior, o feminino. De acordo com Segato (2012, p. 121), “o confinamento compulsivo das mulheres no espaço doméstico, como resguardo do privado tem consequências terríveis no que diz respeito à violência que as vitimiza”.

Assim, é perceptível o amplo domínio sobre o gênero feminino e sua sexualidade, demarcadas como espaço alheio às próprias mulheres, território de exclusão e desejo do outro, do masculino, amo e senhor de corpos e vontades, marcados pela colonialidade de gênero (LUGONES, 2008).

Lugones (2008) ressalta que, para as mulheres, a colonização foi um processo duplo de hierarquização, ou seja, tanto racial quanto de gênero, que classificou a mulher como gênero inferior. Dessa forma, a colonialidade de gênero determina a superioridade masculina como apta para ditar as normas, funções, formas de ser e de se comportar em sociedade a serem seguidas pelas mulheres, impedindo o desenvolvimento das subjetividades femininas.

Com base em Saffioti (2015, p. 37), as mulheres ainda são “amputadas”, incapacitadas, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder, estimuladas a desenvolver comportamentos submissos, enquanto aos homens cabem as condutas agressivas, de coragem e domínio, de ações e tomadas de decisão.

Quanto ao corpo feminino, este era, portanto, lugar/território de diversão e prazer para os homens, educados para serem machos e viris. No recorte a seguir, Isabel percebe as intenções de Diogo em relação a Blandina; antes, afirmara: “tratei-a com todos os cuidados a meu alcance, mas nada pude fazer para salvá-la” (REZENDE, 2019, p. 18), mas por fim a moça estava grávida, seduzida e prestes a ser abandonada. “Tentei chamar a atenção de Blandina para preveni-la do perigo de cair mais uma vez nas armadilhas do sedutor, mas [...] ela já estava totalmente dominada por ele e seus embustes e alheia a todo o resto do mundo”, conta à Rainha (REZENDE, 2019, p. 80).

Os corpos escravizados femininos eram tratados como moeda de troca e lucro, a reprodução tinha seu valor de mercado:

[...] as mulheres escravizadas e vendidas a bom preço nos mercados, porque a estas proveem os senhores de um mínimo para que não se lhes perca o cabedal, como não se deixa perder por nada uma mula ou um jumento, pois uma única negra jovem o bastante e de boa saúde para

parir outros cativos ou bastardos para seu dono chega a valer muito mais do que um rebanho de dezenas de reses. (REZENDE, 2019, p. 12).

Evidenciamos, novamente, o que significava o corpo da mulher negra, em comparação com o branco e pobre da protagonista. Menosprezados e tratados como ser sem alma, os corpos negros femininos eram duplamente explorados, como Isabel bem destaca, pois além de servirem como mão-de-obra na lavoura e na casa grande, elas também tinham a função de reprodutora, pariam filhos cativos para serem vendidos no mercado de escravos ou para aumentarem o cabedal de seus senhores, visto que a fortuna era medida, também, pelo número de escravos.

Tratar o corpo como ‘lugar’ e forma de lucro também se estendia às mulheres brancas abastadas que tinham seus corpos controlados tanto pela família quanto pela igreja, visto que os valores religiosos atuavam/atuam de forma significativa no plano simbólico e subjetivo. A virgindade era uma moeda valiosa que rendia bons lucros em alianças seladas por meio de casamentos que em muitos casos não eram da vontade da mulher. Não se guardar para o casamento planejado significava perder o valor, como ocorreu aos olhos do pai de Blandina: “sua primogênita já nada mais valia para ele, para seu orgulho e seus negócios” (REZENDE, 2019, p. 83). Como castigo, coube-lhe a clausura.

Nesse sentido, diante de um sistema em que as subjetividades femininas foram sufocadas, as histórias apagadas, as diferenças criadas entre homens e mulheres derivam de construções históricas e culturais que nos deixaram uma herança machista cultural que continua afirmando a inferioridade natural da mulher. Na voz e na escrita de Isabel, como personagem do Brasil colônia que emerge no texto de Rezende no final da segunda década do século XXI, rastreamos o contexto de um modelo que persiste e resiste, e que precisa ser revisto, combatido e derrubado.

2 CUNHA: a permanência do jugo

Helena Parente Cunha, escritora baiana, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ganhadora de diversos prêmios literários, interessa-nos para compor um quadro mais expressivo, pelo viés da literatura, da permanência das formas de dominação. Em entrevista concedida a Almeida (2010), a escritora declara que sua narrativa é de denúncia contra os desacertos e descabros do paradigma vigente, pautado pelas relações de poder da nossa civilização.

Na obra *Os provisórios* (1980), Cunha apresenta personagens oprimidos. Conforme Santana (2013), “os ‘provisórios’ são as vítimas anônimas da condição de existir”, e os contos deste livro objetivam “dar voz a esses sujeitos”. “O pai”, conto da obra, demonstra o olhar atento da escritora para a condição feminina, um alerta para a permanência do sistema patriarcal repressor, responsável pelo silenciamento feminino e dominação ao longo da história. A personagem de Parente sente o modelo patriarcal na pele, assim como seu legado: “aquele cansaço de existir, (...) parada na porta, nem indo nem vindo, (...) há quanto tempo a última alegria?” (CUNHA, 1990, p. 1).

A fase adulta é permeada pelos acontecimentos da infância e adolescência, à mercê do pai que vigia e reprime as ações, o corpo, os desejos, os horários, o trabalho, os estudos e as amizades:

Você não sabe que é feio menina brincar com menino? [...] Você não sabe que menina não sobe em muro? [...] Por que você quer sair sozinha? [...] você já estudou muito, trabalha muito[...]. Por que você quer fazer curso de pós-graduação? (CUNHA, 1990, p. 1).

Saffioti (1987) considera que as identidades sociais são construídas através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. No conto, o pai violenta os sonhos, a mente e o corpo da filha mesmo já adulta e formada: “o pai parado na porta, entre o barulho dos ônibus e o tapa” (CUNHA, 1990, p. 2). Em toda a narrativa é possível observar a supremacia masculina e a relação de posse e domínio do pai sobre a filha.

As imposições são aceitas, consideradas a partir da metáfora da soma dos ângulos do triângulo, sempre 180°: “Por que? Nunca, mas nunca mesmo poderá mudar? Esta soma será eternamente a mesma num universo onde nada se perde e tudo se transforma?” (CUNHA, 1990, p. 2). A protagonista busca respostas às atitudes do pai e às suas próprias, que nunca mudam. Sem resposta, sua inércia pacífica repete a própria progenitora: “você tem que tomar conta do seu pai... quem é aquele miserável que quer desgraçar a sua vida? Você não tem pena do seu pai?” (CUNHA, 1990, p. 2). A mãe também é partícipe da violência simbólica praticada pelo pai, pois repete e reforça o modelo de educação para as mulheres ditado desde a colonização do país.

Numa alternância entre o passado e o presente, a narrativa evidencia as cobranças e abusos do pai repressor que, mesmo tendo consciência de que a filha já é uma mulher adulta, insiste em tratá-la como criança ingênua, frágil, sob suas ordens: “você já estudou muito, trabalha muito, já não é criança...” (PARENTE, 1990, p. 4). A mulher não nominada, com quarenta anos, professora de matemática, não encontra

ânimo para transpor os limites da dominação e alcançar a liberdade, e permanece obediente e submissa às ordens do pai, levando uma vida monótona na qual “tudo se transforma num monturo de lembranças rançosas de tudo que não pôde ser no baile de formatura” (CUNHA, 1990, p. 2).

A mulher encontra-se estagnada e fraca, mas com o corpo nutrido de comportamentos normativos, dos preceitos morais e dos costumes tiranos que a impedem de reagir: “cansaço, cansaço de existir. Ela parada na porta, entre ficar e não sair, o corpo colado numa gosma nem fria nem quente, um amarrado nos ossos, um grude se enfiando pelos poros...” (CUNHA, 1980, p. 4). Seu corpo paralisado perdeu o interesse pela vida; é o produto final do sistema patriarcal que controla, limita, paralisa e sufoca as subjetividades femininas.

As imposições e violências da ordem patriarcal aniquilaram os sonhos e os anseios da menina/mulher que não conseguiu se libertar do pai: “o pai parado na porta, atravessado entre a hora de sair e a hora de nunca mais...Cansaço de viver e não viver” (PARENTE, 1990, p. 4).

Considerações finais

A escolha das obras aqui apresentadas buscou dar visibilidade às poéticas do corpo feminino como território conquistado e em constante embate com a tradição moderna, patriarcal. As autoras, Rezende e Parente, convidam à reflexão e à mudança de pensamento quando apresentam personagens vivendo sob o jugo de um sistema opressor que, mesmo em contextos históricos diferentes, inscreve sua força na permanência de seu modelo com intensidade avassaladora.

Na obra *Carta à Rainha Louca*, temos uma mulher do século XVIII que viveu a experiência da violência patriarcal (física e simbólica) em todas as instituições e em todas as formas, através da família, do Estado (Coroa Portuguesa) e, sobretudo da igreja. Contudo, a protagonista resiste e busca subverter a ordem ao enfrentar as imposições com as armas que têm ao alcance e que ‘pertencem’ ao mundo masculino: a leitura e a escrita. Suas cartas são a tentativa de denunciar as violências cometidas não só contra ela, mas contra todas as mulheres (as confinadas no ambiente doméstico, em conventos, as escravas).

A percepção da permanência se evidencia no conto “O pai”, cuja personagem do século XX também se vê submetida a formas de hierarquia de poder entre homens e

mulheres no ambiente doméstico, sem, contudo, entender ou encontrar uma saída ou forma de reversão. Apresentando um comportamento pacífico e submisso ao modelo patriarcal sexista personificado na figura paterna controladora, a voz de autoridade que a mantém refém de regras e imposições morais e comportamentais em todos os aspectos, apesar da aparente emancipação que poderia advir da idade adulta ou da formação profissional, suas ações mimetizam o cansaço de viver e não viver repetido no texto.

Ainda em desenvolvimento, esta pesquisa procura inserir a potência da literatura que é pensada pelo viés da opção descolonial (MIGNOLO, 2014), como processo de construção de novos paradigmas para nossos fragmentos conceituais que fundam a construção de uma prática libertadora (PALERMO, 2008) pelo exercício das sensibilidades e da percepção das poéticas e narrativas do corpo feminino como lugar de pertencimento, de valorização de vidas, de liberdade, enfim.

Referências

CUNHA, Helena Parente. **Os Provisórios**. Rio de Janeiro: Ed. Antares, 1990.

CUNHA, Helena Parente. Entrevista concedida a Ivan de Almeida. Disponível em: <<http://focusantologiapoetica.blogspot.com/2010/03/helena-e-mais-do-que-uma-marcante.html?view=sidebar>>. Acesso em: 28 outubro 2020.

GROSGUÉL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Brasília, Soc. estado n. 1, v. 31, p. 25-49, Apr. 2016.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Ed. Cultrix, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. Bogotá, **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, jul/dez. 2008.

MIGNOLO, Walter (org). **Género y descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2014.

PALERMO, Zulma. Revisando fragmentos del archivo conceptual latino-americano a fines del siglo XX. Bogotá, **Tabula rasa**, n. 9. p. 217-246, jul/dez. 2008.

PRIORI, Mary Del. **A história das mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2018.

REZENDE, Maria Valéria. **Carta à Rainha Louca**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica, 1987.

SANTANA, Patrícia Maria dos Santos. Uma reflexão freudiana acerca da personagem feminina de Helena Parente Cunha no conto “O pai”. **Revista Graphos**, v. 15, n. 2, p. 159-170, 18 dez. 2013.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos Ces**, n. 18, 2012.

TELLES, Sérgio. Em “Carta à rainha louca”, Maria Valéria Rezende destaca a violência do patriarcado. Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e/coluna/em-carta-a-rainha-louca-maria-valeria-rezende-destaca-violencia-do-patriarcado.ghtml>>. Acesso em 29 de nov. 2020.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil colonial**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.